

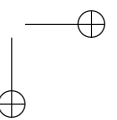
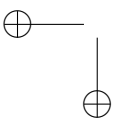
REIVINDICAÇÃO DA LIBERDADE DE PENSAMENTO



Johann G. Fichte

Tradutor: Artur Morão

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)





# REIVINDICAÇÃO DA LIBERDADE DE PENSAMENTO

Johann G. Fichte

## Discurso

Noctem peccatis, et fraudibus obice nubem

Heliópolis, no último ano das antigas trevas (1793)

Homens sábios há que, com o título de retórica, se desembaraçam bruscamente de tudo o que está escrito com alguma vivacidade, julgando que assim nos dão um alto conceito da sua própria profundidade. Se as presentes páginas chegassem por acaso às mãos de um desses senhores tão profundos, confesso-lhes de antemão que as mesmas não estavam destinadas a cumprir um objectivo tão ambicioso, mas apenas a recomendar calorosamente algumas ideias que impressionem o público mais iletrado que, pelo menos, tem um notável influência sobre a opinião pública pela elevada posição que ocupa e pela sua poderosa voz. Não é habitual chegar com profundidade a um público assim. Mas se aquela gente mais penetrante também não encontrasse nestas páginas nenhum rasto de um sistema mais firme e profundo, nem sinal algum que não seja indigno de uma reflexão ulterior, então, pelo menos em parte, a culpa seria sua.

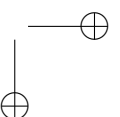
Uma das características da nossa época é atrever-se a censurar os príncipes e os grandes. Instigará a isso porventura a facilidade para fazer sátiras sobre os príncipes ou o julgar-se enaltecido pela aparente





grandeza do seu objecto? Numa época em que os príncipes alemães, na sua maioria, procuram distinguir-se pela sua boa vontade e pela popularidade; em que tanto fazem por abolir a etiqueta que, noutro tempo, abria um abismo enorme entre eles e os seus concidadãos, e que era tão molesto para eles quanto prejudicial para estes; em que muitos dão a aparência de estimar os eruditos e a sua sabedoria, a coisa é duplamente chamativa. - A quem não puder testemunhar perante a própria consciência que está seguro de si mesmo, e que se sente assaz decidido a arrostar com a mesma dignidade com que enunciou a verdade reconhecida e útil todas as consequências que para nós se podem derivar da sua difusão, só lhe resta confiar ou na bondade destes príncipes, sobre os quais pesam tão graves acusações, ou na sua própria obscuridade insignificante e sem relevância.

O autor destas páginas não julga ofender, nem pelas suas afirmações nem pelo seu tom, príncipe algum sobre a terra, mas antes prestar-lhes um notável serviço. Não podia continuar a ocultar-se, assim se crê, que em certo grande Estado se infringem justamente os princípios que aqui o autor procura fundamentar; este sabia igualmente que, nos vizinhos Estados protestantes, acontece algo ainda mais grave, sem que ninguém em especial se indigne, pois, tendo sido assim desde sempre, a tal estão habituados; sabia que é mais fácil investigar o que *deve*, ou *não deve*, acontecer do que julgar com imparcialidade o que realmente *acontece*, e a sua situação negava-lhe os *dados* para formular um juízo exacto do último tipo. Sabia que, embora todos os factos como tais não se deixem justificar, os seus móveis podiam, contudo, ser muito nobres; e, no nosso caso, ele admiraria a engenhosa bondade que queria despertar intensamente em nós a estima mais sincera e o uso mais zeloso de um bem mediante o falso ardil de no-lo arrebatat e de assim nos induzir friamente a um desfrute mais duradoiro; consideraria admirável a rara magnanimidade dos que se expõem a si mesmos e aos seus amigos mais queridos ao perigo de serem incompreendidos, caluniados e odiados, só para promover e incrementar a ilustração. Por fim, sabia que com estas páginas oferecia a todo o Estado a ocasião desejada de demonstrar a





pureza das suas intenções, *autorizando a sua impressão e a sua venda pública, distribuindo-a aos seus pastores*, etc. Nenhum Estado, em que estas páginas forem impressas e vendidas publicamente, procura reprimir a ilustração. Se o autor errou, o Senhor Cranz, amante da verdade, não tardará em refutá-lo. Não é por razões políticas, mas literárias, que o autor não revela o seu nome. A quem tenha o direito de o interrogar, e o faça por via legal, revelá-lo-á sem receio, pois pensa com Rousseau, que *todo o homem honesto deve declarar o que escreveu*.

Não queremos investigar aqui quanta miséria menos sofre a humanidade sob a maioria das suas actuais constituições políticas do que a que sofreria no estado de completa anarquia; basta dizer que sofre – e sofrerá; o reino das nossas constituições políticas é o reino da fadiga e do trabalho; o reino do gozo não é deste mundo. Mas esta miséria deve ser um estímulo que leve a humanidade a exercitar as suas próprias forças na luta que contra ela sustém e a fortalecer-se na difícil vitória em prol da fruição futura. A humanidade era para ser miserável, mas não para se deter na miséria. As constituições políticas, fontes da sua miséria comum, não podiam ser melhores – caso contrário, tê-lo-iam sido – mas devem melhorar sempre mais. O que aconteceu, tanto quanto podemos rastrear a história passada da humanidade, e acontecerá, enquanto houver história humana, reduz-se a seguir um destes dois caminhos: ou o dos saltos violentos ou o do progresso gradual, lento mas seguro.

Com saltos, com violentas convulsões e revoluções políticas, um povo pode progredir mais em meio século do que o teria feito em dez – mas este meio século está também cheio de miséria e de fadigas e, ademais, pode igualmente retroceder e ser atirado para a barbárie dos séculos precedentes. A história universal proporciona exemplos de ambos os casos. As revoluções violentas são sempre um feito audaz e arriscado para a humanidade; se têm êxito, a vitória conseguida compensa os males sofridos; se fracassam, passa-se de uma miséria a outra maior. é mais seguro o progresso gradual para uma ilustração mais ampla e, com ela, para o aperfeiçoamento da constituição política. Os progres-

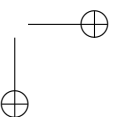
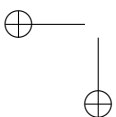




tos feitos, ao terem lugar, dificilmente são perceptíveis; mas vê-de-lo atrás de vós e divisais o longo caminho percorrido. Assim, no nosso século, a humanidade, sobretudo na Alemanha, percorreu discretamente um longo caminho. é verdade que o perfil gótico do edifício ainda é visível por todo o lado; os novos edifícios anexos ainda estão longe de fazer um todo sólido, mas, enquanto estão aí, começam a ser habitados, ao passo que os antigos castelos, centros de rapina, se desmoronam. Se não forem importunados, os homens desajolá-los-ão progressivamente e cedê-los-ão como morada às corujas e aos morcegos receosos da luz, enquanto os novos edifícios serão ampliados e, pouco a pouco, se agregarão num todo cada vez mais harmónico.

Estas eram as nossas perspectivas, queriam por acaso usurpar-nolas mediante a opressão da nossa liberdade de pensamento? E seríamos capazes de no-las deixar arrebatam? Se se impedir o progresso do espírito humano, dois casos são possíveis: o primeiro, mais improvável, em que ficamos como estávamos, abandonamos toda a pretensão de ver diminuir a nossa miséria e aumentar a nossa felicidade; deixamos que nos imponham os limites que não ultrapassaremos; ou o segundo, muito mais provável, em que o curso contido da natureza rebenta violentamente e destrói tudo o que encontra à sua passagem, a humanidade vingam-se do modo mais cruel dos seus opressores e as revoluções tornam-se necessárias. Ainda não se fez a devida aplicação do espectáculo oferecido pelos nossos dias. Receio bem que já não é o tempo nem a hora para, não obstante o espectáculo que temos diante dos olhos, levantar os diques que ainda se opõem ao curso do espírito humano, a não ser que queiramos que os rebente com violência e arrase de modo terrífico todos os campos.

Povos, sacrificai tudo, mas não a liberdade de pensamento! Continuai a enviar os vossos filhos para que sejam degolados em selvagens combates contra homens que nunca os ofenderam, para que sejam devorados por epidemias ou as tragam consigo como despojo de guerra, ao regressarem às vossas pacíficas moradas; continuai a tirar da boca do vosso filho o vosso último naco de pão para o dar ao cão do favorito





– dai, dai tudo, conservai apenas esse santuário da humanidade descido do céu, esse penhor que vos promete uma sorte distinta da de sofrer, suportar e ser esmagados – afirmai apenas isso. As gerações futuras poderiam reclamar-vos angustiadamente o que os vossos pais vos entregaram para, por seu turno, o transmitirdes. Se eles tivessem sido tão cobardes como vós, não estaríeis ainda, porventura, sob a desonrosa escravidão espiritual e corporal de um déspota religioso? Os vossos filhos conseguirão com lutas sangrentas o que vós podeis conservar só com um pouco de firmeza.

Mas não odieis os vossos príncipes só por isso; deveríeis, sim, odiar-vos a vós mesmos. Uma das primeiras fontes da vossa miséria é que tendes deles e dos seus colaboradores um conceito demasiado elevado. é verdade que eles remexem com mãos aplicadas as trevas dos séculos semibárbaros e julgam ter encontrado uma pérola magnífica, ao descobrirem uma das suas máximas; têm-se por muito doutos, quando forçam a sua memória até conseguir recordar algumas dessas escassas máximas, como se por si mesmos as tivessem encontrado; mas podeis estar certos de que aquilo que deveriam saber, do que corresponde à sua verdadeira vocação, isto é, da dignidade e dos direitos do homem, sabem menos do que os mais ignorantes de vós. Como poderiam saber algo assim? – Para eles existe uma verdade peculiar que não é determinada por princípios em que se baseia a verdade universal dos homens, mas pela constituição política, pela situação, pelo sistema político do seu país; desde a sua juventude, se lhes tira laboriosamente da cabeça a forma universal dos homens e nela se introduz aquela a que se ajusta essa tal verdade; no seu coração terno imprime-se, desde a juventude, a máxima seguinte: “Todos os homens que vedes, majestade, são para vós, são propriedade vossa”<sup>1</sup>. Como poderiam, se viessem a experimentar, ser capazes de o compreender – eles que privam artificialmente

<sup>1</sup>\* Espero que, ao longo dos próximos meses, se venham também a publicar os títulos seguintes: *Exortação à vida bem-aventurada*, *O Estado comercial fechado*, e três breves escritos que levam o título de *Primeira e segunda introdução à doutrina da ciência*, *Ensaio de uma nova exposição da doutrina da ciência*. Palavras que o preceptor de Luís XV disse ao infante real, perante uma grande assembleia do povo.





os seus espíritos de toda a vitalidade com uma moral relaxada, com precoces voluptuosidades e, uma vez de tal enfastiados, com superstições serôdias? Tentou-se aceitar como um contínuo milagre da Providência o facto de na história encontrarmos um número consideravelmente maior de príncipes débeis do que de príncipes perversos; e, pelo menos eu, considero todos os vícios que os príncipes *não* têm como virtudes, e estou-lhes grato pelo mal que *não* me fazem.

E pretende-se persuadir tais príncipes a reprimir a liberdade de pensamento – não, decerto, por mor de vós. Poderíeis pensar, inquirir e proclamar em cima dos telhados o que quereis; os satélites do despotismo não fariam de vós caso algum; o seu poder mantém-se demasiado firme. Podeis estar ou não convencidos da legitimidade das suas pretensões: que lhes importa a eles? Saberão forçar-vos com a infâmia ou com a fome, com a pena do cárcere ou com a condenação à morte. Mas se levantardes um grande alvoroço com as vossas indagações, já terão o cuidado de vigiar a orelha do príncipe; poderia acontecer, seria inclusive possível, que uma vez que chegasse à mesma uma palavra infeliz, continuasse a inquirir e, por fim, se tornasse mais sábio e viesse a conhecer o que contribui para a sua e a nossa paz. Eis o que vos querem sonegar; e é isto, ó povos, que não deveis permitir que roubem!

Proclamai-o, proclamai-o em todos os tons aos ouvidos dos vossos príncipes, até que oiçam que não permitireis que vos arrebatem a liberdade de pensamento, mostrai-lhes a autenticidade desta afirmação por meio da vossa conduta. Não vos deixeis amedrontar pelo temor de que vos censurem a insolência. Contra que poderíeis ser insolentes? Contra o ouro e os diamantes da coroa, contra a púrpura da roupagem do vosso príncipe; não – contra ele. Não é presunçoso crer que se podem dizer aos príncipes coisas que eles não sabem.

E sobretudo todos vós, que tendes forças para tal, declarai a guerra mais intransigente àquele primeiro preconceito donde promanam todos os nossos males, àquela fonte venenosa de toda a nossa miséria: ao princípio segundo o qual a missão do príncipe é velar pela nossa *felicidade*; persegui-o com o sistema inteiro do nosso saber, por todos os







esconderijos onde se ocultou, até que seja exterminado da terra e devolvido ao inferno, donde veio. [Reza ele] que não sabemos o que fomenta a nossa felicidade, que o sabe o príncipe e que ele está ali para nos guiar até ela, temos, pois, de seguir o nosso guia com os olhos fechados. Ele faz connosco o que quiser e, se o interrogarmos, assegura-nos sob a sua palavra que isso é necessário para a nossa felicidade; põe a corda à volta do pescoço da humanidade e grita: “Calma, calma, é tudo por vosso bem”<sup>2</sup>.

Não, príncipe, tu não és o nosso *Deus*. De Deus esperamos a felicidade; de ti, a protecção dos nossos direitos. Connosco não deves ser *bondoso*; deves ser *justo*.

Já lá vão, ó povos, os tempos da barbárie quando, em nome de Deus, se ousava proclamar que éreis um rebanho por Ele posto sobre a terra para carregar com os vícios de uma dezena de filhos de deuses, como vassalos e servidores dos seus caprichos e, por fim, para acabar no açougue; que Deus lhes havia transmitido o seu indiscutível direito de propriedade sobre vós e que, graças a um direito divino, como seus representantes, vos castigavam pelos vossos pecados. Sabeis, ou podeis persuadir-vos, se ainda o não sabeis, de que nem sequer sois propriedade de Deus, mas que Ele gravou livremente, no mais profundo do vosso coração, o seu selo divino: que não pertenceis a ninguém, excepto a vós próprios. Não se atrevem já a dizer-vos: “Somos mais fortes do que vós; já há muito que teríamos podido exterminar-vos a todos; fomos muito generosos em não fazê-lo; por isso, a vida que viveis é uma dádiva nossa. Não vo-la concedemos gratuitamente, mas apenas para usufruto; por conseguinte, não é despropositada a nossa exigência de a utilizar em benefício nosso, e de vo-la tirar quando já dela não precisarmos”. Aprendestes, se tal raciocínio se admitir, que vós sois os mais fortes e eles os mais débeis; que a sua força reside nos vossos braços, e que se os baixardes, eles ali ficam na miséria e impotentes; os exemplos que lhes apresentastes são tais que ainda tremem diante de-

<sup>2</sup> Assim dizia o veredgo da Inquisição a D. Carlos numa situação semelhante. Estranha coincidência entre pessoas de tão diversos ofícios!



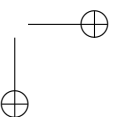
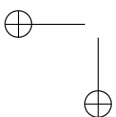


les. Nem sequer continuareis a acreditar neles quando dizem que estais todos cegos, indefesos, e sois ignorantes, incapazes de a vós mesmos vos aconselhardes, a não ser que vos conduzam como crianças imaturas, com as suas mãos paternas. Nos tempos mais recentes, por meio de raciocínios erróneos em que não teria incorrido nem sequer o mais ingénuo dentre vós, só demonstraram que eles não sabem mais do que vós, que se arrastam a si mesmos e a vós para a miséria, por julgarem que sabem mais. Deixai de prestar ouvidos a tais enganos! Atrevei-vos a perguntar ao príncipe, que vos quer dominar, *com que direito* sobre vós governa.

*Por direito hereditário*, dizem alguns mercenários do despotismo, mas que não são os seus mais subtis defensores. Supondo que o vosso actual príncipe tivesse podido herdar tal direito de seu pai, e este, por seu turno, do seu e assim sucessivamente, donde o recebeu o primeiro da série? Ou se não tinha tal direito, como podia deixar em herança aquilo que não possuía? – Julgais então, astutos sofistas, que se podem herdar homens como se herda um rebanho ou o seu pasto? A verdade não pode extrair-se da superfície, tal como pensais; reside mais profunda, e peço-vos que vos deis ao incómodo de comigo a buscar<sup>3</sup>.

O homem não pode ser herdado nem vendido nem oferecido como dádiva; não pode ser propriedade de ninguém, porque é, e deve continuar, a ser propriedade de si mesmo. Traz no mais profundo do seu peito uma centelha divina que o eleva acima da animalidade e o torna concidadão de um mundo em que Deus é o seu primeiro membro: a consciência. Esta ordena-lhe absoluta e incondicionalmente – querer isto e não aquilo; e tudo *livremente* e por *movimento próprio*, sem nenhuma coacção externa. Se deve obedecer a esta voz interior – que absolutamente tal lhe ordena - também não deve ser constringido do

<sup>3</sup> Peço-vos que não descureis esta breve dedução dos direitos, dos direitos inalienáveis e alienáveis, do contrato, da sociedade, dos direitos dos príncipes, mas a leais com atenção e a conserveis no vosso delicado e bom coração; caso contrário, o que se segue será incompreensível e sem força probatória. Não é mau aceitar também, para outros casos, conceitos já determinados a este respeito, por exemplo para não cometer erros na companhia de gente mais inteligente.





exterior, deve libertar-se de todo o influxo estranho. Por isso, nenhum estranho deve sobre ele imperar, ele próprio deve fazê-lo segundo a lei que em si tem; é livre e livre deve permanecer; ninguém pode dar-lhe ordens, a não ser a lei que nele reside, pois é a sua única lei – e ele contradiz esta lei, se se deixar constringer por outra – aniquilando nele a humanidade e degradando-se até à categoria dos animais.

Se esta é a sua única lei, ele pode fazer o que quiser onde ela não se pronunciar; tem *direito* a tudo o que esta única lei *não proíbe*. Ora bem, também entra no âmbito do *não proibido* aquilo sem o qual nenhuma lei é possível, isto é, a *liberdade e personalidade*, e ainda o ordenado pela lei. Pode, pois, dizer-se que o homem tem direito às condições sob as quais só pode agir em conformidade com ao dever, e às acções que o seu dever exige. A tais direitos nunca se deve renunciar; são *inalienáveis*. Não temos direito algum a aliená-los.

Também tenho direito às acções que a lei simplesmente permite: mas posso não fazer uso desta permissão da lei moral; não disponho então do meu direito, mas renuncio a ele. Os direitos deste segundo tipo são, pois, *alienáveis*; o homem, porém, tem de *voluntariamente* renunciar a eles, nunca deve ser forçado a aliená-los; de outro modo seria obrigado por uma lei distinta da que nele reside, e isto é injusto tanto para o que faz a lei como para o que a sofre, onde ela pode ser mudada.

Posso renunciar aos meus direitos *alienáveis* sem condição alguma, posso *doá-los* a outro; é-me permitido igualmente renunciar com condições, posso *trocá-los* por alienações que outros fazem. De semelhante intercâmbio de direitos alienáveis por direitos alienáveis surge o contrato. Renuncio ao exercício de um dos meus direitos com a condição de que o outro renuncie ao exercício de um dos seus. – Os direitos a alienar no contrato só podem ser direitos a *acções externas*, não a *convicções interiores*, pois, no último caso nenhuma das partes se poderia convencer de se o outro cumpriu, ou não, as condições. As disposições interiores, a veracidade, o respeito, a gratidão e o amor dão-se livremente; não se adquirem como direitos.





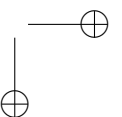
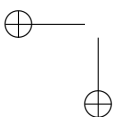
A sociedade civil funda-se num contrato assim, de todos os seus membros com um ou de um com todos, e não pode fundar-se noutra coisa, porque é de todo ilegítimo deixar-se dar leis por outro. A legislação civil é válida para mim só enquanto voluntariamente a aceito – mediante que sinal, não interessa agora aqui dizer – e dou-me a mim mesmo a lei. Não posso deixar-me coagir por nenhuma lei, sem renunciar assim à humanidade, à personalidade e à liberdade. Neste contrato social, cada membro renuncia a alguns dos seus direitos alienáveis, com a condição de que os outros membros renunciem também a alguns dos seus.

Se um membro não cumpre o seu contrato e recupera os direitos que alienara, então a sociedade tem o direito de o forçar ao cumprimento, mediante a restrição dos direitos que por ela lhe estavam garantidos. Sujeitou-se voluntariamente a esta restrição por meio do contrato. Daqui dimana o *poder executivo*.

O poder executivo não pode ser exercido pela sociedade inteira sem inconvenientes; será, por isso, transferido para vários ou para um único membro seu. O nome deste é *príncipe*.

Por conseguinte, o príncipe possui os seus direitos por transferência a partir da sociedade; mas esta não pode conferir direitos que ela própria não tenha. Portanto, a questão que aqui queremos investigar de se o príncipe tem o direito de restringir a nossa liberdade de pensamento assenta nesta: pode o Estado ter tal direito?

Poder pensar *livremente* é a diferença distintiva entre o entendimento humano e o animal. Também neste último há representações; mas estas sucedem-se necessariamente umas às outras, produzem-se entre si, tal como *um* movimento numa máquina produz necessariamente outro. A superioridade do homem consiste na oposição activa a este mecanismo cego da associação de ideias em que o espírito se comporta apenas passivamente; em conferir, pela sua própria força, segundo o seu livre arbítrio, uma determinada direcção à sequência das suas ideias; e quanto mais alguém afirma esta superioridade tanto mais homem é. A faculdade pela qual o homem é capaz desta superioridade





é justamente aquela graças à qual ele *livremente* quer; a expressão da liberdade no pensar, tal como a sua expressão no querer, é uma componente íntima da sua personalidade; é a condição necessária sob a qual apenas pode dizer: eu *sou*, sou um ser autónomo. Esta expressão, tanto como aquela, garante-lhe a sua relação com o mundo espiritual e estabelece-o em consonância com ele; pois, no reino invisível de Deus, dominará não só a unanimidade no querer, mas também no pensar. Assim, a expressão da liberdade prepara-nos para o exercício ininterrupto e mais intenso da mesma: pela livre submissão dos nossos preconceitos e das nossas opiniões à lei da verdade, aprendemos, antes de mais, a inclinar-nos e a emudecer ante a ideia de uma lei em geral; esta é a primeira a refrear o nosso egoísmo, que a lei moral quer governar.

O amor livre e desinteressado à verdade teórica, *por* ser tal verdade, é a preparação mais fecunda para a pureza moral das disposições anímicas. Teíamos podido renunciar, no contrato social, a este direito tão intimamente ligado à nossa personalidade e à nossa moralidade, a esta senda para o enobrecimento moral intentado expressamente para nós pela Sabedoria criadora? Haveríamos tido o direito de alienar um direito inalienável? Que outro significado teria a nossa renúncia senão este: “Ao entrar na sociedade civil, prometemos converter-nos em criaturas irracionais, em animais, para que nos dê menos trabalho dominar-nos”? E seria legal e válido tal contrato?

Mas gritam-nos: Não se pretende também isto? Não vos concedemos em voz alta e solene a permissão de livremente pensar? – Concorremos; queremos esquecer as temíveis tentativas que se fizeram para nos privar dos melhores meios – esquecer com que zelo se procura colorir as velhas trevas com nova luz <sup>4</sup>. – Não queremos discutir sobre palavras; – sim, permitis-nos *pensar*; porque não podeis impedi-lo, mas interdizeis-nos comunicar os nossos pensamentos; não impugnais

---

<sup>4</sup>Assim usou-se uma doutrina que parece estar realmente feita para nos salvar da maldição da lei e nos estabelecer sob a lei da liberdade, primeiro em apoio da teologia escolástica e, ultimamente, do despotismo. é indecente que homens que pensam rastejem pelos pés dos tronos, mendigando a licença de ser escabelo dos reis.





o nosso direito inalienável de livremente pensar, só o de comunicar o que livremente foi pensado.

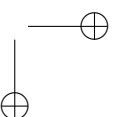
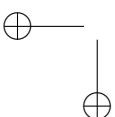
Mas, para estarmos certos de não discutir em vão convosco – teremos originariamente semelhante direito? Podemos demonstrá-lo? Se temos direito a tudo o que a lei moral não proíbe, quem poderia demonstrar que a lei moral proíbe comunicar as próprias convicções? Quem poderia reconhecer o direito do outro a proibir tal comunicação, a considerá-la como um dano da sua propriedade? Dizeis-me: o outro pode ser perturbado na fruição da sua felicidade, que se baseia nas convicções até agora professadas, nas suas aprazíveis ilusões, nos seus doces sonhos. Mas como consegue ele isso só pela minha acção, sem me ouvir, sem prestar atenção ao meu discurso, sem o conceber na sua forma de pensar? Se se sente perturbado, é porque ele a si mesmo se perturba; não eu. é a relação entre o dar e o receber. Não tenho o direito de partilhar o meu pão com o outro, de o deixar aquecer-se com o meu fogo, de acender com a minha lâmpada a sua? Se o outro não quer o meu pão, que não estenda a mão para o receber; se não quer o meu calor, que se afaste do meu fogo; não tenho, decerto, o direito de lhe impor as minhas dádivas.

Já que o direito à livre comunicação não se funda em nenhuma ordem, mas apenas numa permissão da lei moral, considerado em si, não é inalienável; pois, ademais, para que seja possível a sua expressão, requer-se o consentimento do outro, a sua aceitação das minhas dádivas; podemos, pois, imaginar que a sociedade suprimiu de uma vez por todas este consentimento, e quis que todos os seus membros, no momento de nela entrar, promettessem não dar a conhecer a ninguém as suas convicções. Na verdade, tal renúncia, em geral e sem consideração pela pessoa em particular, não se deve tomar muito a sério; pois, não abrem aqueles a sua cornucópia privilegiada pelo Estado com a máxima liberalidade e não reside porventura na nossa obstinada teimosia a causa de que nos tenham privado, até agora, das mais raras preciosidades da mesma? Mas admitamos o que não queríamos incondicionalmente admitir: que, ao entrar na sociedade, tivéssemos tido





o direito de renunciar ao nosso direito á comunicação; então, a esse direito opõe-se o do *livre receber*; o primeiro não pode ser alienado sem que o seja ao mesmo tempo o segundo. Admitindo que tivésseis tido o direito de prometer, não quero partilhar com ninguém o meu pão, teríeis também o direito de obrigar o faminto a comer dos vossos alimentos que lhe repugnam ou a deixá-lo morrer? Quereis cortar o mais belo vínculo que une um homem a outro homem e que faz que um espírito transborde para outro espírito? Quereis roubar à humanidade o mais digno dos comércios, o livre e alegre dar e receber do mais nobre que ela possui? Porque falo com tanta paixão aos vossos duros corações? Um breve e árido raciocínio, contra o qual todos os vossos sofismas nada podem fazer, demonstra-vos a ilegitimidade da vossa pretensão. – O direito de livremente receber tudo o que nos é útil é uma componente da nossa personalidade; é inerente ao nosso destino servir-nos livremente de tudo aquilo que nos está patente para a nossa formação espiritual e moral; sem esta condição, a liberdade e a moralidade seriam para nós uma dádiva inútil. Uma das fontes mais ricas da nossa instrução e da nossa formação é a comunicação de espírito a espírito. Não podemos renunciar ao direito de beber nesta fonte, sem renunciar à nossa espiritualidade, à nossa liberdade e personalidade; por isso, *não nos é lícito* renunciar; de igual modo também o outro não pode abandonar o seu direito de nela beber. Pela inalienabilidade do nosso direito de *receber*, torna-se também inalienável o seu direito de *dar*. - Sabeis muito bem se *forçamos* a aceitação das nossas dádivas, se concedemos cargos e lugares de honra àqueles que se comportam como se nós os houvéramos convencido; se excluímos desses cargos e dessas honras os que não gostam de ouvir as nossas lições nem ler os nossos escritos; se achincalhamos e repelimos publicamente os que escrevem contra os nossos princípios. Explicai a vós mesmos tão bem quanto puderdes que os vossos escritos se utilizem para empacotar os nossos; que tenhamos do nosso lado as cabeças mais claras e os melhores corações das nações, e do vosso os mais simples, os hipócritas e os escritores cobardes.





Mas, dir-me-eis, não te proibimos repartir o pão; só que não deves dar veneno. – Mas como chamais veneno ao meu alimento diário, com o qual me mantenho são e forte? Deveria eu prever que o fraco estômago do outro não o suportará? Morreu porque eu lho *dei* ou porque ele o *comeu*? Se não podia digeri-lo, não o deveria ter comido: não o acevei <sup>5</sup>, pois esse é privilégio vosso. Ou admitamos que eu soubera realmente que era veneno o que ao outro dei, que lho dera com a intenção de o envenenar – como quereis demonstrá-lo? Quem nisso pode ser juiz, a não ser a minha consciência? Contudo, não há aqui parábola alguma.

Posso, decerto, difundir a *verdade*, mas não o *erro*.

Oh! que pode significar para vós, que assim falais, a *verdade* – e o *erro*? Sem dúvida, não o que nós por tal entendemos; caso contrário, teríeis compreendido que a vossa restrição anula a plena permissão; que tirais com a mão esquerda o que nos destes com a direita; que é absolutamente impossível comunicar a verdade se, ao mesmo tempo, não for permitido difundir erros. Mas serei ainda mais claro.

Não falais aqui, decerto, de verdade *subjectiva*, pois não quereis dizer: “Posso difundir o que considero verdadeiro, segundo o melhor do meu saber e da minha consciência; não posso difundir o que *eu próprio* reconheço como erróneo e falso”. Sem um contrato entre mim e vós, não tendes nenhuma pretensão legítima à minha veracidade; pois esta é só um dever interno, e não externo; mediante o contrato social também a não alcançais, pois nunca podeis ter a certeza de que cumpro a minha promessa, nem podeis ler no meu coração. Se vos tivesse prometido a veracidade e tivésseis aceite a minha promessa, seríeis certamente enganados, mas por vossa culpa: nunca vos teria prometido nada se, pela minha promessa, recebêsseis um direito cujo exercício é fisicamente impossível. Sou, isso sim, um homem desprezível, se deliberadamente vos minto, se ciente e premeditadamente vos dou o erro em vez da ver-

<sup>5</sup>Meter na boca das crianças o alimento já mastigado diz-se, nas regiões onde tal ainda acontece, cevar. – Também os gansos se cevam com rações.







dade, mas com isso só me ofendo a mim, não a vós; é um assunto de que hei-de dar conta unicamente à minha consciência.

Falais então de verdade *objectiva*; e o que é esta? Oh, sábios sofistas do despotismo, que nunca sabeis dar uma definição! – Ela é, segundo vós, a concordância das nossas representações das coisas com as coisas em si. O sentido da vossa pretensão é *este* – coro em vosso nome, ao dizer por ele o seguinte –: se a minha representação concorda realmente com a coisa em si, posso difundir-la; se não, devo para mim reservá-la.

A concordância das nossas representações das coisas com as coisas em si é possível só de dois modos: ou porque as coisas em si seriam feitas reais pelas nossas representações, ou porque as nossas representações o seriam pelas coisas em si. Na faculdade humana de conhecer dão-se ambos os casos; mas entrosam-se de tal forma que não podemos claramente separá-las e, por isso, é logo claro que a verdade *objectiva*, no significado mais rigoroso da palavra, contradiz directamente o entendimento do homem e de todo o ser finito; que as nossas representações nunca concordam, nem podem concordar, com as coisas em si. Portanto, nesta acepção da palavra, é impossível que pretendais que difundamos a verdade.

Apesar de tudo, há uma certa maneira necessária de como as coisas nos devem aparecer segundo a constituição da nossa natureza, e na medida em que as nossas representações concordam com esta forma necessária da cognoscibilidade, podemos também chamá-la *objectivamente verdadeira* – isto é, quando o objecto significa não a coisa em si, mas uma coisa determinada necessariamente pelas leis da nossa faculdade de conhecimento e pelas da intuição (fenómeno). Neste sentido, tudo o que é efectuado de harmonia com uma correcta percepção mediante as leis necessárias da nossa faculdade cognitiva, é verdade *objectiva*. – A fora esta verdade aplicável ao mundo sensível, há ainda outra com um significado infinitamente mais elevado da palavra; a saber, não só devemos conhecer a constituição das coisas facultada pela percepção, mas produzi-la nós próprios com a mais pura e livre espontaneidade, em conformidade com os conceitos originários do justo e





do injusto. O que é conforme a estes conceitos é verdadeiro para todos os espíritos e para o Pai dos espíritos; e as verdades deste género são, na sua maioria, muito fáceis e seguras de conhecer; a nossa consciência no-las assinala. Por exemplo, é uma verdade eterna, humana e divina, que há direitos humanos inalienáveis, que a liberdade de pensamento é um deles – que aquele em cujas mãos tínhamos delegado o nosso poder para que protegesse os nossos direitos age com muita injustiça, quando se serve desse poder para os oprimir, em especial a liberdade de pensamento. Não há nenhuma excepção nestas verdades morais; nunca podem ser problemáticas, mas podem sempre reduzir-se ao conceito, necessariamente válido, do justo. Por conseguinte, não é das verdades desta última espécie – que albergais pouco no coração e das quais amiúde sentis repugnância no vosso interior – que falais, pois sobre elas não há discussão; falais da primeira verdade humana. Ordenais que *não devemos afirmar nada que não seja derivado de percepções correctas, segundo as leis necessárias do pensar*. – Sois uns pais da humanidade tão generosos, sábios e bondosos! Sempre nos ordenais observar e raciocinar correctamente; proibis-nos cometer erros para, assim, os não propagarmos. Oh, nobres tutores, também nós não o quereríamos, pois repugna-nos tanto como a vós. O erro consiste em que não sabemos quando erramos. – Para que o vosso paternal conselho nos seja de proveito, não poderíeis dar-nos um critério de verdade mais seguro, sempre aplicável e infalível?

Também sobre isto já previamente pensastes. Dizeis, por exemplo, que a única coisa que não devemos difundir são os antigos erros, já há muito refutados. Erros *refutados*? *Para quem* estão refutados? Se tais refutações se *nos* afigurassem evidentes e nos resultassem satisfatórias - opinais que ainda continuaríamos a afirmar esses erros? Julgais que preferimos errar a pensar correctamente, delirar a querer ser prudentes? Julgais-nos capazes de continuar a admitir um erro, ainda depois de o reconhecer como tal? Pensais que proclamamos coisas pelo mundo que sabemos serem erróneas só pelo capricho de fustigar e escandalizar os nossos bons tutores?





Aqueles erros, dizeis-nos sob a vossa palavra, já há muito estão refutados. Uma vez que tentais ser sinceros connosco, devem estar refutados, ao menos *para vós*. Não quereis dizer-nos, ilustres filhos da terra, de quantas noites em vigília, entre sérias inquirições, necessitastes para descobrir aquilo a que tantos homens, libertos das vossas preocupações de governantes, puderam dedicar todo o tempo das suas investigações, sem até agora o descobrirem? Ou encontraste-lo sem nenhuma reflexão, sem nenhuma instrução, apenas com a ajuda do vosso génio divino? Compreendemos que, em vez destas investigações tão áridas para vós e para os vossos satélites, deveríamos ter já há muito exposto os vossos pensamentos verdadeiros. – Mas vós não falais do que nós chamamos verdade ou erro – que vos importa? Quem teria ousado arruinar, com tais especulações melancólicas, os anos em que a esperança do país se fortalecia com os futuros cuidados de governante? Reartistestes com os vossos súbditos as forças espirituais humanas. Concedestes-lhes o pensar – não em vosso proveito nem no seu, pois nos vossos governos tal não é necessário; eles podem pensar, se lhes aprouver, para seu deleite, mas sem mais consequências. O *querer* reservaste-lo para vós. Esta vontade comum que reside em vós determina também a verdade. Verdadeiro é assim o que vós quereis que seja verdadeiro; falso, o que vós quereis que seja falso. – *Porque* o quereis, não é assunto nosso nem vosso. A vossa vontade como tal é o único critério da verdade. Assim como o nosso ouro e a nossa prata só adquirem valor com o vosso selo, assim acontece também com os nossos conceitos.

Se um olho profano pode atrever-se a lançar um olhar para os mistérios da administração do Estado, para a qual se exige uma profunda sabedoria, já que, como se sabe, ao seu leme estão sempre destinados os mais sábios e os melhores dentre os homens, sejam-me permitidas, a este propósito, algumas tímidas observações. Não me elogio demasiado se diviso algumas das vantagens que propondes. Para vós é fácil subjugar o corpo dos homens, pôr os seus pés no cepo, as suas mãos em cadeias e, com o medo da fome ou da morte, podeis impedir que digam

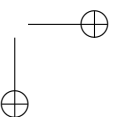
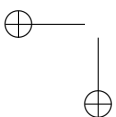




o que não devem dizer. Mas nem sempre podeis estar presentes com o ceпо, com as cadeias ou com os esbirros – e os vossos sabujos também não podem estar em toda a parte; uma maneira tão fatigante de governar não vos deixaria tempo para os prazeres humanos. Tendes, pois, de pensar num meio de os subjugar mais seguro e fidedigno, de tal forma que, mesmo sem ceпо ou sem cadeias, não respirem senão como vós lhes indiqueis. Paralizai o primeiro princípio da sua auto-actividade e do seu pensamento; se não se atreverem a pensar de outro modo a não ser como lhes ordenais, directa ou indirectamente, através do seu confessor ou dos vossos editos sobre religião, então transformam-se na máquina que quereis ter e podeis usar segundo o vosso capricho.

Na história, que é o vosso estudo preferido, admiro a sabedoria de uma série dos primeiros imperadores cristãos. Com cada novo governo mudava a verdade; e, inclusive, se *um* governo durava muito tempo, no decurso do mesmo, também a verdade algumas vezes mudava. Compreendestes o espírito dessas máximas, mas – perdoai a um principiante na vossa arte, se se enganar – ainda não penetrastes nele a fundo. Se se permitir que uma e mesma verdade seja verdade demasiado tempo, será um defeito da arte política moderna. O povo acaba por se acostumar e confunde o seu costume de crer nela com a demonstração da sua validade, ao passo que deveria acreditar nela pura e simplesmente em razão da vossa autoridade. Imitai, pois, ó principes, os vossos dignos modelos; repudiái hoje tudo o que ontem ordenastes crer e autorizai hoje o que ontem repudiastes, para que o povo nunca se desacostume da ideia de que a vossa simples vontade é a fonte da verdade. Por exemplo, durante demasiado tempo quisestes que um fosse igual a três; acreditaram em vós e, infelizmente, habituaram-de de há muito a negar a dívida que têm para convosco e a pensar que o por si mesmos o descobriram. Reclamai a vossa autoridade! Ordenai, de uma vez por todas, que um é igual a um – naturalmente não porque o contrário é contraditório, mas porque vós assim quereis.

Como vedes, compreendo-vos; tenho, porém, de lidar com um povo





intratável que não questiona as vossas intenções, mas os vossos direitos. Que devo responder?

A questão dos direitos é uma questão incómoda. Lamento ter aqui de me distanciar de vós, com quem até agora mantinha relações tão cordiais.

Se tivésseis o direito de estabelecer o que deveríamos aceitar como verdade, tê-lo-íeis mediante a sociedade, e esta pelo contrato. é possível semelhante contrato? Ou, para me expressar da forma mais moderada possível, pode a sociedade impor aos seus membros a condição, não de *crer* (pois tal não se pode garantir, sendo uma disposição interior), mas tão só de professar exteriormente certos princípios, isto é, de não dizer, escrever ou ensinar nada *contra* eles?

Tal contrato seria fisicamente possível. Se aqueles princípios invioláveis fossem determinados com suficiente clareza e rigor para que se pudesse demonstrar incontrovertivelmente que alguém os infringiu – e vós compreendeis que isto é algo a exigir –, então poderia ser castigado, como se tivesse realizado uma acção externa.

Mas se fosse moralmente possível um contrato assim, se a sociedade tivesse o direito de exigir tal compromisso, e os seus membros o direito de prometer o seu cumprimento, não seriam alienados em semelhante contrato direitos inalienáveis do homem, coisa que não pode ocorrer em nenhum contrato, a não ser que se converta em ilegítimo e nulo? – A livre investigação de todo o objecto possível de reflexão, levada em qualquer direcção possível e até ao infinito, é decerto um direito do homem. Ninguém, excepto ele próprio, pode determinar a sua escolha, a sua direcção e os seus limites. Já acima o demonstrámos. A questão, aqui, é se ele poderá estabelecer para si, mediante o contrato, tais limites. Poderia estabelecer os ditos limites aos seus direitos sobre acções externas que não são ordenadas pela lei moral, mas unicamente por ela permitidas. Aqui nada o impele a agir, excepto a inclinação; esta, onde não é limitada pela lei moral, pode sê-lo por uma lei que voluntariamente ele se impõe a si mesmo. Mas quando chegou àquele limite da reflexão, algo o impele a agir, a superá-lo e a ir mais além, e





nisto consiste a essência da razão, que o impele para o ilimitado. é uma determinação da sua razão não reconhecer nenhum limite absoluto; e só assim a razão se torna razão e o homem um ser racional, livre e autônomo. Por isso, a investigação até ao infinito é um direito *inalienável* do homem.

Um contrato pelo qual se fixassem tais limites, embora não significasse directamente tanto como isto: “Quero ser um animal” – significaria, sim, o seguinte: “Quero ser só até certo ponto (se aqueles princípios privilegiados pelo Estado tivessem de facto validade universal para a razão humana, o que vos concedemos, além de muitas outras dificuldades), quero ser um ser racional até um certo ponto, mas logo que a ele chegar, quero ser um animal irracional”.

Se, pois, está demonstrado um direito inalienável de *investigar* mais além dos resultados estabelecidos, então está demonstrada ao mesmo tempo a inalienabilidade do direito de empreender *em comum* esta inquirição. Porque quem tem direito ao fim tem também direito aos meios, contanto que não seja impedido por nenhum outro direito. Ora bem, um dos meios mais excelentes para avançar é ser instruído por outros; por conseguinte, todos têm o direito inalienável de *receber* sem limites os ensinamentos livremente dados. Se este direito deve ser insuprimível, deve ser também um direito inalienável do outro fornecer semelhantes ensinamentos.

Logo, a sociedade não tem nenhum direito a exigir ou a aceitar tal compromisso, porque contradiz um direito inalienável do homem; nenhum dos seus membros tem o direito de prometer tal coisa, porque contradiz a personalidade do outro e a possibilidade de agir moralmente. Todo o que aceitar este compromisso age contra o dever e, logo que se dê conta de tal, tem o dever de revogar o seu compromisso.

Assustais-vos perante a ousadia das minhas conclusões, amigos e servidores das antigas trevas, porque a gente da vossa classe é assustadiça. Esperáveis que, ao menos, me tivesse reservado um prudente “nisso, tendes alguma razão”, que tivesse deixado aberta uma pequena porta para o vosso juramento religioso, para os vossos livros de símbo-





los, etc. E tê-lo-ia feito, embora não para vos comprazer. – Tornastes-vos tão ruidosos, justamente porque sempre vos trataram com esmero, porque sempre demasiado vos foi permitido, porque sempre vos foram cuidadosamente evitadas as feridas que mais vos doiem, e porque se lavou a vossa negra pele sem a quererdes molhar. Doravante, te-reis de vos ir acostumando a contemplar a verdade sem véus. – Não quero, todavia, abandonar-vos sem consolação. Que receais daquelas terras desconhecidas mais além do vosso horizonte, que nunca alcança-reis? Perguntai às gentes que as percorrem se é tão grande o perigo de serem engolidos por gigantes morais ou devorados por monstros cép-ticos. Vede esses audazes viajantes que giram à vossa volta, tão são moralmente como vós estais. Porque receais a luz que de repente sur-giria impetuosamente, se a todos fosse permitido ilustrar-se tanto como pudessem? O espírito humano em geral avança só gradualmente de claridade em claridade; vós partireis sorratamente na vossa época, conservareis o vosso pequeno punhado de eleitos e a autoconvicção dos vossos grandes méritos. De vez em quando, o espírito humano dá um passo violento por meio de uma revolução nas ciências – mas não vos preocupeis a tal respeito. à vossa volta, amanhecerá para os ou-tros; vós, e os vossos tão queridos pupilos, disporeis entretanto de um aprazível crepúsculo para os vossos olhos receosos; e consolar-vos-eis assim com uma obscuridade cada vez maior. Deveis sabê-lo por expe-riência. Desde a grande ilustração que atingiu as ciências, sobretudo de uma década a esta parte, não estão as vossas cabeças muito mais confusas do que antes?

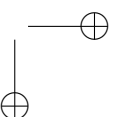
E agora, ó príncipes, permiti-me que de novo a vós me dirija! Por culpa da ilimitada liberdade de pensamento, vaticinais-nos uma misé-ria indizível. é simplesmente para nosso bem que no-la tirais, como às crianças se tira um brinquedo perigoso. Por meio de publicistas sub-metidos à vossa vigilância, induzis-nos a pintar com cores de fogo as desordens provocadas pelas cabeças divididas e incendiadas pelas opi-niões; mostrais um povo aprazível que mergulhou no furor dos cani-bais, sedento de sangue e não de lágrimas, empurrado mais avidamente





para as execuções do que para os espectáculos, arrastado entre cânticos de júbilo à vista dos membros amputados, ainda gotejando e fumegantes, dos seus concidadãos, em que as suas crianças brincam com as cabeças ainda sangrando em vez de brincarem com piões. – E não queremos trazer à vossa lembrança as cerimónias ainda mais sangrentas que o despotismo e o fanatismo, na sua acostumada aliança, proporcionaram a este mesmo povo; – nem recordar-vos que estes não são frutos da liberdade de pensamento, mas as consequências da anterior e longa escravidão do espírito, e não vos quero dizer que em nenhum lugar há tanta paz como no túmulo. Queremos conceder-vos tudo, queremos lançar-nos arrependidos nos vossos braços e, chorando, suplicar-vos que nos livreis, com o vosso coração paternal, de todos os males que nos ameaçam, mas antes respondi-nos a uma respeitosa pergunta.

Vós, que, como ouvimos da vossa boca, tendes de velar pela felicidade das nações como espíritos tutelares e benfeitores; vós, que amiúde assim nos assegurastes, fazeis dela o supremo fim das vossas ternas preocupações, porque é que sob a vossa elevada protecção continuam a devastar as inundações os nossos campos e os furacões as nossas plantações? Porque irrompem ainda sobre a terra chamas de fogo que nos devoram a nós e as nossas casas? Porque é que a espada e as epidemias nos arrebatam milhares das nossas amadas crianças? Ordenai primeiro ao furacão que se acalme; depois, ordenai também à tempestade das nossas opiniões subversivas; fazei chover sobre os nossos campos quando estão áridos e daí-nos um sol reparador quando vo-lo implora-







mos e, depois, dai-nos a verdade beatífica <sup>6</sup>. Ficais calados? Ou é que declarais a vossa impotência?

Feliz aquele que pode realmente fazê-lo, que das ruínas da devastação constrói novos mundos e da lama da putrefacção cria corpos vivos – que faz surgir sobre os escombros dos vulcões montanhas cobertas de florescentes vinhedos, que sobre os túmulos faz que os homens morram, vivam e gozem! Indignar-vos-eis, se a ele cedemos o cuidado, o mais pequeno dos seus cuidados de eliminar e aliviar os males que contraímos mediante o uso do privilégio a ele concedido e confirmado pelo seu selo divino, ou de os empregar, se é que *temos* irremediavelmente de os sofrer, para que com o concurso da nossa própria força nos elevemos até uma cultura superior do nosso espírito?

é bom, príncipes, que não queirais ser os nossos espíritos malignos; não é bom que queirais ser os nossos deuses. Porque não quereis decidir-vos a descer até nós, ser os primeiros entre os iguais? Sabeis muito bem que não conseguireis o governo do mundo! Não quero recordar-vos – o meu coração está demasiado comovido – os falsos raciocínios que diariamente fizestes até agora, nem reclamar-vos esses planos tão ambiciosos que mudáveis cada três meses, nem aludir ao cúmulo de cadáveres dos vossos súbditos, a quem seguramente espe-

---

<sup>6</sup>O vosso amigo, o recensor do número 261 do fascículo de Outubro de *Allgemeine Literaturzeitung*, não quer que as revoluções se comparem com os fenómenos naturais. Com a sua permissão, as revoluções como *fenómenos*, isto é, não segundo os seus fundamentos morais, mas de acordo com as suas consequências no mundo sensível, acham-se apenas sujeitas a leis naturais. *Vós* não podeis mostrar-lhe o livro e a página onde de tal ele se possa convencer, e também *eu* o não devo aqui fazer.– Poderíeis insinuar ao vosso amigo que empreendesse corajosamente um estudo mais profundo da filosofia. Dirigiria então, com os seus vastos conhecimentos e com a sua linguagem viril, os vossos afazeres, que são ao mesmo tempo os assuntos da humanidade, com muito maior habilidade do que até agora o fez. – Jamais tivestes melhor amiga do que a filosofia, se para vós amigo e adulator não são uma só coisa. Renunciai, pois, à falsa amiga que, desde o seu nascimento, esteve ao serviço do recém-chegado, que por todos se deixou utilizar, e pela qual, nas mãos de um homem astuto – e não há muito – fostes tão subjugado como com ela subjugais agora os *vossos povos*.





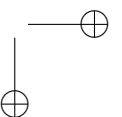
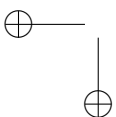
ráveis fazer regressar triunfantes. – Algum dia contemplareis junto de nós uma parte desses planos infalíveis, e connosco vos admirareis de que, por causa das vossas empresas, tivestes de fomentar cegamente fins em que nunca tínheis pensado.

Sois conduzidos por um erro grosseiro; não é a felicidade que esperamos das vossas mãos, sabemos que sois *homens*; esperamos a protecção e a restituição dos nossos direitos, que unicamente por erro nos usurpastes.

Poderia eu demonstrar-vos que só a liberdade de pensamento, sem obstáculos, ilimitada, funda e consolida a prosperidade dos Estados; poderia demonstrá-lo claramente com razões irrefutáveis; poderia ilustrá-lo a partir da história; poderia indicar-vos pequenos e grandes países que ainda hoje, graças a ela, continuam a florescer, e assim atingiram a prosperidade debaixo dos nossos olhos; mas não o farei. Quero louvar a verdade na sua divina beleza natural, não pelos tesouros que ela vos traz como dádiva matutina. Penso melhor de vós do que todos os que tal fizeram. Confio em vós, que sois capaz de ouvir de bom grado a voz séria, mas franca, da verdade:

*Príncipe, não tens nenhum direito de oprimir a nossa liberdade de pensamento, e nunca deves fazer aquilo a que não tens direito, e se os mundos se aniquilam à tua volta, deverias ser sepultado com o teu povo sob as suas ruínas. Das ruínas dos mundos, de ti e de nós sob elas sepultados, cuidará Aquele que nos deu os direitos que tu respeitaste.*

Que seria a felicidade terrena com que nos esperançais, se também no-la pudésseis realmente dar? – Senti no vosso peito, vós, que podeis desfrutar de todos os prazeres que a terra oferece. Recordai as alegrias gozadas. Valeram a pena as vossas preocupações pelo gozo, pelas náuseas e pelo tédio que se lhes seguiram? Entregar-vos-íeis de novo a tais cuidados por nosso amor? Oh, crêde-lo – todos os bens que nos podeis dar, os vossos tesouros, as vossas condecorações, os vosso brilhantes círculos sociais, ou o florescimento do comércio, a circulação

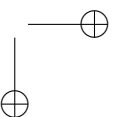
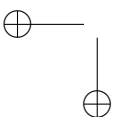




do dinheiro, a abundância de víveres, todos os vossos bens, uma vez gozados, não valem o suor dos nobres, nem os vossos cuidados, nem o nosso agradecimento. Aos olhos de um ser racional têm algum valor só como instrumentos da nossa actividade ou como fim imediato a perseguir. A nossa única felicidade sobre esta terra, se é que felicidade deve ser, é a auto-actividade livre e sem obstáculos, agir por força própria segundo fins próprios, com trabalho, fadiga e esforço. – Vós costumais remeter-nos para o outro mundo em que, todavia, atribuíis a maior parte dos prémios às virtudes passivas do homem, à paciência e à resignação. – Sim, olhamos para esse outro mundo que não está tão radicalmente separado do presente, como credes, cujo direito de cidadania levamos muito profundamente no nosso peito, e não queremos deixar que por vós nos seja arrebatado. Doravante, já estão reservados para nós os frutos do nosso agir, não do nosso padecer, que já amadureceram sob um sol mais aprazível do que o deste clima. Permitti que, para os desfrutar, nos fortaleçamos aqui por meio do duro trabalho.

Não tendes, pois, ó príncipes, sobre a nossa liberdade de pensamento nenhum direito; não podeis decidir sobre o que é verdadeiro ou falso; não tendes nenhum direito a determinar os objectos da nossa investigação ou a fixar os seus limites; nenhum direito a impedir a comunicação dos seus resultados, sejam verdadeiros ou falsos, a quem e como queiramos. Não tendes a tal respeito nenhuma obrigação; a vossa obrigação refere-se exclusivamente a fins terrenos, não aos supraternos da ilustração. Quanto a estes, deveis comportar-vos com uma passividade absoluta, já que eles não estão ao vosso cuidado. – Mas talvez preferísseis fazer algo mais do que estais obrigados a fazer. Pois bem, vejamos o que podeis fazer!

É verdade, ó príncipes, que sois pessoas superiores; sois verdadeiros representantes da divindade – não por causa de uma superioridade inata à vossa natureza, nem como espíritos tutelares que fazeis feliz a humanidade, mas pelo sublime encargo de proteger os direitos que Deus nos outorgou – pela quantidade de graves e indispensáveis deveres que, graças a esse encargo, levais sobre os vossos ombros. é sublime

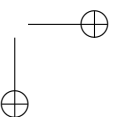
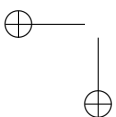




pensar o seguinte: “Milhões de homens me disseram: Vede, somos da linhagem dos deuses e levamos na nossa fronte o selo da nossa origem; conhecemos a dignidade que nos confere o facto de não sermos nós, milhões de homens, quem tem de preservar os direitos que trouxemos à terra como dote da casa paterna; depositamo-los nas tuas mãos; sejam para ti sagrados em virtude da sua origem, preserva-os em nosso nome – sê o nosso pai adoptivo até que regressemos à casa do nosso verdadeiro Pai”.

Vós distribuís cargos e dignidades no Estado, concedeis tesouros e honras, socorreis os necessitados e dais pão ao pobre – mas não podeis ser benfeitores. O cargo que outorgais não é nenhuma dádiva; se o outorgais ao mais digno dele, é uma parte do vosso peso que carregais sobre os ombros do vosso concidadão; se o dais a quem pouco o merece, é um roubo à sociedade e a quem mais o merece. As honras que repartis, não as concedeis vós; a cada um já lhe foi adjudicada a sua virtude, e vós não sois mais do que o seu sublime intérprete na sociedade. O dinheiro que distribuis nunca foi vosso, é um bem que a sociedade vos confiou e depositou nas vossas mãos para remediar todas as suas necessidades, isto é, as necessidades de cada particular. A sociedade distribui-o através das vossas mãos. O faminto a quem dais pão tê-lo-ia, se a união social o não tivesse forçado a privar-se dele. A sociedade por vosso meio devolve-lhe o que era seu. Se fizésseis tudo com sabedoria infalível e escrupulosidade incorruptível, se nunca falhásseis nem vos enganásseis - então cumpriríeis o vosso dever.

Quereríeis fazer ainda algo mais. Pois bem, os vossos concidadãos não são tais apenas no Estado, também o são no mundo espiritual em que ocupais um posto não mais elevado do que o seu. Como tais, nada tendes que lhes exigir, nem eles a vós. Podeis buscar a verdade por vossa conta, conservá-la para vós, gozá-la com toda a vossa sensibilidade; e eles não teriam o direito de vos censurar. Podeis deixar que a investigação da verdade siga o seu próprio curso sem vós, sem com ela minimamente vos preocupardes. Não necessitais do poder, da influência e do prestígio que a sociedade pôs em vossas mãos para os



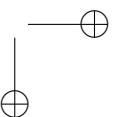
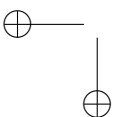


empregar em promover a ilustração – pois a sociedade não vo-los deu para isso; mas se o fazeis, é por vossa boa vontade, e está a mais; deste modo, podeis realmente prestar um serviço à humanidade, perante a qual tendes, ademais, deveres iniludíveis.

Honrai e respeitai pessoalmente a verdade e atentai nisto: sabemos que no mundo espiritual sois iguais a nós e que a verdade, mediante o respeito do mais poderoso dominador, adquire um carácter tão pouco sagrado como mediante a homenagem que lhe tributa o último do povo; pela vossa submissão a ela, não a honrais, mas honrais-vos a vós mesmos – por vezes, muitos de nós sentimo-nos induzidos a crer que uma verdade recebe um novo esplendor pelo brilho de quem lhe rende homenagem. Aproveitai-vos desta ilusão até que desapareça- deixai que os vossos povos continuem a acreditar que ainda há algo superior a vós e que há leis acima das vossas. Dobrai-vos publicamente com eles perante estas, leis e assim ganharão para eles e para vós um maior respeito.

Escutai de bom grado a voz da verdade, qualquer que seja o seu objecto; permiti-lhe que se acerque sempre do vosso trono, sem recear que tal faça diminuir o seu próprio brilho. Quereis ocultar-vos dela, receosos da luz? Que motivos tendes para a temer, se sois puros de coração? Obedecei-lhe, se desaprova as vossas decisões; corrigi os vossos erros, se de tal vos convence. Nada tendes a perder. Sempre soubemos que sois homens mortais, isto é, que não sois infalíveis; e disso não nos precatámos só porque o tendes admitido. Tal submissão não vos desonra; quanto mais poderosos sois, tanto mais vos honra. Poderíeis prosseguir com as vossas medidas, quem vo-lo poderia impedir? Poderíeis continuar a ser injustos premeditada e deliberadamente, quem se atreveria a reprovar-vos na vossa própria cara, a censurar-vos pelo que realmente éreis? Mas se vos decidis voluntariamente a honrar-vos a vós mesmos e a agir rectamente, e com esta submissão à lei do direito, que vos torna iguais ao último dos vossos escravos, colocai-vos ao mesmo tempo no posto do espírito finito mais elevado.

A superioridade da vossa condição terrena e todos os vossos privi-





légios externos devei-los ao nascimento. Se tivésseis nascido na cabana do pastor, a mão que agora sustenta o ceptro seguraria o cajado. Graças a este ceptro, todo o ser racional respeitará em vós a sociedade que representais – mas decerto não a vós. Sabeis a quem são dirigidas as nossas profundas reverências, o nosso respeitoso decoro, o nosso tom submisso? Aos representantes da sociedade, não a vós. Vesti um homem de palha com as vossas régias indumentárias, fazei que ele segure na sua mão o vosso ceptro, sentai-o no vosso trono, e postemo-nos diante dele. Julgais que daríamos pela falta do sopro invisível que apenas emana da vossa pessoa divina, que os nossos ombros seriam menos flexíveis, menos respeitoso o nosso decoro, menos tímidas as nossas palavras? Nunca vos ocorreu indagar quanto desse respeito é devido a vós mesmo? Como vos tratariam, se fôsseis apenas um de nós.

Não esperéis a resposta dos vossos cortesãos. Eles jurar-vos-ão solenemente, se é isso o que desejais ouvir, que vos respeitam e amam só a vós e à vossa pessoa, não ao príncipe. Até os sábios não vos responderiam, supondo que teriam de sobreviver com o ar que respiram os vossos cortesãos. Não responderiam às vossas perguntas, mas às do representante da sociedade. Ver o nosso valor pessoal reflectido como num espelho no modo como os nossos concidadãos se comportam conosco, é uma vantagem exclusiva das pessoas privadas; o valor dos reis só se aprecia pós a sua morte.

Se quereis uma resposta a essas perguntas, que bem a merecem, tendes vós mesmos de a dar. Os vossos concidadãos respeitar-vos-ão na mesma medida em que vós os possais respeitar, sempre que não nos olheis através do cristal enganador da vossa presunção, mas no espelho puro da vossa consciência. Se, pois, no caso de virdes perder a coroa e o ceptro, desejais saber se aquele que agora vos canta loas, vos comporia sátiras; se aqueles que agora respeitosa e se distanciam de vós, vos abrumariam maliciosamente; se escarneceriam de vós no primeiro dia, desprezar-vos-iam friamente no segundo e esquecer-se-iam da vossa existência no terceiro, ou se ainda respeitariam o homem que há em vós e que não precisa de ser rei para ser grande - então interrogai-vos a





vós mesmos. Se não quereis o primeiro, mas o último; se quereis que vos respeitemos apenas por vós, deveis disso ser dignos. Mas somente a livre sujeição à verdade e à justiça torna o homem digno.

Não deveis impedir a livre investigação; deveis fomentá-la - e não podeis fomentá-la a não ser pelo interesse que vós mesmos demonstres por ela, pela docilidade com que aceiteis os seus resultados. Os investigadores amantes da verdade raramente necessitam para outros as honras que podeis outorgar, para eles próprios, nunca; a sua honra não depende das vossas assinaturas e dos vossos selos, mas reside nos corações dos seus contemporâneos que, graças a eles, chegaram a ser mais cultos; no livro da posteridade, que na sua lâmpada acenderá as suas tochas, no mundo espiritual, em que não servem os títulos que vós conferis. As recompensas – mas que recompensas! –, as compensações pelo tempo gasto ao serviço dos outros, são uma miserável gratificação comparada com a dívida que a sociedade para com eles tem. As suas autênticas recompensas são superiores. São uma actividade mais livre e uma maior expansão do seu espírito. Eles alcançam-na sem o vosso concurso. Se também quereis dar-lhes compensações – dai-lhas de modo tal que, enquanto vos honram, não se sintam desonrados; dai-las, como livre aos livres, para que possam até recusá-las. Nunca as deis para os comprar – porque não podeis comprar nenhum servidor da verdade; eles nunca estão à venda.

Dirigi as indagações do espírito investigador para as necessidades mais actuais e urgentes da humanidade, mas dirigi-as com mão sábia e leve, nunca como soberanos, mas como livres colaboradores, nunca como senhores do espírito, mas como alegres participantes dos seus frutos. A coacção é contrária à verdade; esta só pode florescer na liberdade da sua pátria, o mundo espiritual.

E, sobretudo – aprendei a conhecer finalmente os vossos verdadeiros inimigos, os únicos culpados do crime de lesa majestade, os únicos violadores dos vossos santos direitos e das vossas pessoas. São aqueles que vos aconselham a deixar os vossos povos na cegueira e na ignorância, a propagar entre eles novos erros e a manter os antigos, a impedir





e a proibir a livre investigação de todo o género. Consideram os vossos reinos como reinos das trevas, que não podem subsistir na luz. Julgam que as vossas pretensões só podem exercer-se sob o véu da noite, e que só podeis governar entre os cegos e os enganados. Quem aconselha um príncipe a impedir ao seu povo o progresso da ilustração diz-lhe na cara: “As tuas exigências são de tal género que repugnam ao são entendimento humano, deves reprimi-las; os teus princípios e os teus actos não suportam a luz; não deixes que o teu súbdito chegue a ser mais ilustrado, caso contrário, há-de maldizer-te; as tuas faculdades intelectuais são débeis; não permitas que o povo se torne mais inteligente, caso contrário, ignorar-te-á; As trevas e a noite são o teu elemento, deves tratar de os difundir à tua volta, antes de teres de fugir do dia”.

Só os que confiam verdadeiramente e têm por vós o verdadeiro respeito vos aconselham a difundir a ilustração à vossa volta. Consideram os vossos direitos tão fundados que nenhuma iluminação os poderá prejudicar; as vossas intenções tão boas que apenas podem melhorar com cada nova luz; o vosso coração tão nobre que vós mesmos acederíeis a examinar sob esta luz os vossos falsos passos e desejaríeis vê-los para os poder corrigir. Pedem-vos que tenhais a vossa morada na luz, como a divindade, para convidar todos os homens a respeitar-vos e a amar-vos. Escutai-os somente e, sem adulações nem preço, dar-vos-ão o seu conselho.

